

AJUDA MEMÓRIA Nº 7/2026/COAPP/SAS-SEI

Processo nº 02501.001670/2023-22

Assunto: 2ª Reunião de Acompanhamento do 3º ciclo do Progestão no estado de Sergipe.			
Nº do Processo: 02501.001670/2023-22			
Evento:	() Oficina de acompanhamento	() Reunião	(X) Videoconferência
Local: Plataforma Teams.		Cidade: Brasília e Aracaju	
Data: 07/11/2025.			
Instituições participantes: SEMAC e ANA/COAPP.			

Relato

A reunião remota ocorreu em 07 de novembro de 2025 para fins de acompanhamento da execução do 3º Ciclo do Progestão no estado de Sergipe, e contou com a participação de representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Ações Climáticas de Sergipe – SEMAC/SE e da ANA, conforme lista de participantes em anexo.

Os representantes da SEMAC estavam todos em uma Sala de Videoconferência da instituição. Foi feita uma explanação da situação das metas pelo ponto focal do programa no estado, com apresentação de slides previamente preparados. Durante a reunião, a SEMAC por meio dos pontos focais de cada meta, apresentaram um balanço sobre a certificação de 2024, 2º período do 3º ciclo, e com índice de cumprimento de 92,88 %, e sobre o cumprimento das metas do programa para certificação em 2025 (3º período do 3º ciclo).

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

Com relação às **metas de cooperação federativa**, vale destacar:

Meta I.1 Integração de dados de usuários de recursos hídricos: o estado informou avanço significativo na inserção de dados no CNARH, com mais de 100 autorizações já cadastradas (superficiais e subterrâneas). A expectativa é atingir 100% até o final do ano, apesar de dificuldades pontuais com dados incompletos (ex.: coordenadas geográficas) e falta de equipe dedicada a TI. Foi passada a orientação pela ANA de que qualquer modificação/atraso nas ações do plano tecnológico, que seja feito o ajuste para atualizá-lo, comunicando o fato no relatório de comprovação das metas. A SEMAC relatou avanços normativos relacionados à Cobrança, como a Resolução do Conselho Estadual sobre inadimplência, multas e comunicados, mas que ainda existem entraves para operacionalizar plenamente o sistema de cobrança (DIGICOB) disponibilizado pela ANA, relacionados à metodologia de cobrança estadual, índices previstos em Lei e necessidade de revisão normativa. Por parte da ANA foi reforçado que a automatização só deve ocorrer quando os fluxos e normas estiverem bem ajustados, validando a postura cautelosa do estado. Foi destacada pela ANA a importância da participação da SEMAC na oficina que ocorreria em 4 de dezembro de 2025, dedicada à integração de dados e apresentação da Plataforma Águas Brasil e que haveria apresentações da ANA e de estados que já avançaram na integração (ex.: Pernambuco). Sergipe foi fortemente incentivado a participar para troca de experiências e solução de problemas comuns.

Meta I.2 Capacitação em recursos hídricos: a ponto focal da meta no estado destacou que, dos 6 eventos programados para o ano, 2 não puderam ser realizados, mas em compensação outros 2 que não estavam previstos foram realizados. Por parte da ANA, foi lembrado que é importante que a programação esteja alinhada ao máximo com o que foi aprovado pelo CERH. Também foi lembrado que a nova planilha esta modificada, há abas que não precisam mais serem preenchidas, pois houve automatização de fórmulas, o que evita inconsistências.

Meta I.3 Contribuição para difusão do conhecimento: a SEMAC comentou que não há dificuldade para

atendimento dessa meta.

Meta I.4 Prevenção de eventos críticos: foi comentado que a nova sede da Secretaria dispõe de espaço físico adequado para a instalação e pleno desempenho das Sala de Situação. Em relação ao monitor de secas, a Secretaria realiza o compartilhamento de informações referentes à análise da evolução da intensidade da seca no território estadual, além de elaborar os respectivos boletins informativos. Com relação ao estabelecimento das cotas de referência para secas em rios, o estado prevê que seja feito a partir do próximo ano. No momento, as faixas de atenção, alerta e emergência estão estabelecidas para segurança hídrica (seca) e segurança de barragens nos reservatórios monitorados com o apoio da ANA. Foi alertado pela representante da ANA, que é importante que os boletins sejam mais “hidrológicos”, e não tanto “meteorológicos”. Houve reconhecimento de déficits na emissão de boletins hidrológicos, em função de estações em manutenção ou inoperantes. O estado está realizando um diagnóstico completo das estações, especialmente das 8 estações voltadas a eventos críticos (inundações). Avalia-se a realocação de estações, como no caso do reservatório Jacarecica II, visando melhorar a gestão de riscos. O monitoramento de reservatórios está sendo retomado de forma gradual, apesar de limitações orçamentárias e operacionais. O estado está em fase de elaboração do Plano de Ações Climáticas, com levantamento de dados junto à Defesa Civil. A ANA informou que o Atlas de Vulnerabilidade está em revisão metodológica, incorporando mudanças climáticas, e que a cobrança desse critério ainda não está ativa para Sergipe, pois a área certificadora deu prioridade à região sul devido às inundações no Rio Grande do Sul em 2024. O estado será acionado quando a metodologia estiver consolidada.

Meta I.5 Segurança de barragens: o estado já cadastrou todas as grandes barragens do estado que se enquadram dentro da Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. A etapa atual era a de cadastrar as barragens médias, em torno de 10 hectares de área inundada e, para isso, foi realizado um levantamento a nível de satélite visando a identificação destas áreas e os técnicos estavam indo a campo para identificar em torno de 100 barragens médias. O estado pretende cadastrar todas as barragens grandes e médias, mas apresentou dúvidas em relação às pequenas barragens. Um problema apresentado foi em relação a completude dos dados, pois há dificuldade em encontrar os proprietários, inclusive há consulta ao CAR (Cadastro Ambiental Rural) como apoio. Sobre a resolução do CNRH n 241, o estado fez sua versão, e seria submetida em dezembro ao CERH, além de que estava sendo elaborado o Plano de Ação para a efetiva implementação da PNSB. Foi mencionado a realização de um treinamento intitulado “A segurança de barragens em SE e o SERhidro”, e uma capacitação “Geologia em barragens”. Em relação as inspeções e fiscalização, o estado procura fazê-las no período seco, que facilita a visualização de alguma infiltração, e que normalmente é em outubro, novembro e dezembro. A previsão é que seriam fiscalizadas entre 20 e 25 barragens.

Meta I.6 Monitoramento Hidrológico: segundo o estado, a atualização do inventário e das séries históricas estão em andamento. Foi alertado ao estado, que sejam enviadas também os dados das estações convencionais, além das estações telemétricas.

Meta I.7 Fiscalização de usos de recursos hídricos: foi destacado pela ANA que a SEMAC dê especial atenção às orientações do Informe sobre essa meta, e que verifiquem a experiência da Paraíba, que fez o mapeamento do processo de fiscalização junto ao projeto “Ferramentas” em parceria com o Ipea e que foi incorporado ao sistema de fiscalização, o que possibilita a eles emitirem o auto de infração em campo. Foi reatado pela SEMAC a dificuldade na fiscalização, que além das que são referentes às outorgas, também há aquelas que vem de denúncias ambientais, do Ministério Público etc. Foi apresentado pela SEMAC o portal dedicado aos recursos hídricos do órgão gestor, <https://serhidro.semac.se.gov.br>, e um modulo específico “SERhidro fiscaliza” e que pode servir como uma plataforma de disponibilização dos dados de automonitoramento.

Com relação às **metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual**, a coordenação do programa apresentou a tabela de autoavaliação visando mostrar em quais metas o estado apresentou maior dificuldades e desafios que precisam enfrentar, destacando a meta da variável 1.5, relacionada aos Comitês de bacia hidrográfica. A SEMAC informou que no estado existem 5 CBHs instalados, apesar de terem criado 7 CBHs, sendo que dois deles são de rios afluentes de rio de domínio da União, na divisa com a Bahia. A SEMAC mostrou o sistema de informações no qual contém informações sobre os Comitês, Planos Diretores de Recursos Hídricos das Bacia, enquadramento e monitoramento da qualidade da água entre outras. Nas informações sobre os CBHs eles mostraram que há informações sobre os

Decretos de criação, Regimento Interno e membros integrantes de cada colegiado. Destacou-se que o estado é o único que possui "enquadramento de águas subterrânea" e que as variáveis integrantes dos grupos "Informação e Suporte" e "Operacionais" são as variáveis mais desafiadoras para o estado, destacando-se Sistema de Informações, Modelos de Suporte à Decisão, Gestão de Eventos Críticos e Fiscalização do uso da água. Também foi destacado que, apesar de implementada a Cobrança no estado e terem alcançado a meta, há a preocupação ainda de operacionalização da arrecadação dos valores cobrados. Com relação à variável "alocação negociada da água", foi relatado que já existe uma proposta a ser implementada em um reservatório do estado no qual já existem conflitos de uso. A coordenadora do programa Progestão alertou sobre a importância de fazer uma avaliação rigorosa das variáveis de gestão de recursos hídricos, sendo que demonstra o grau de maturidade e de implementação da gestão de recursos hídricos no estado.

Com relação aos critérios do **Fator de Redução**, foi reconhecida uma evolução significativa do estado na prestação de contas e no controle da execução dos recursos transferidos ao estado no âmbito do Progestão. A ANA relatou que, em função dos problemas orçamentários, não houve a cobrança do critério (c), relacionado ao percentual de execução dos recursos financeiros acumulados na conta corrente do programa, na certificação de 2024.

Conclusões

Por parte da ANA, foi comunicado que, devido a redução no orçamento da ANA, provavelmente a 2ª parcela seria deduzida do valor referente à meta de investimentos, no valor de R\$ 350 mil e que seria empenhado e, provavelmente, transferido à SEMAC somente em dezembro. O valor de R\$ 350 mil seria transferido no próximo ano, caso houvesse disponibilidade orçamentária.

No geral, a reunião atendeu aos objetivos de acompanhar o planejamento das atividades para a certificação do Progestão no ano de 2025, com levantamento de expectativas e dificuldades de alcance em algumas metas e critérios do fator de redução.

O estado foi parabenizado pelo avanço nos resultados da certificação e pelo comprometimento das equipes técnicas do estado, e pelo portal dedicado aos recursos hídricos dentro da página da Secretaria: <https://serhidro.semac.se.gov.br>.

Brasília, 11 de fevereiro de 2026.

(assinado eletronicamente)
SIMONE VENDRUSCOLO

Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico

De acordo. Ao Superintendente de Apoio ao SINGREH para conhecimento.

BRANDINA DE AMORIM
(assinado eletronicamente)
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES

Superintendente Adjunto de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e às Agências Infranacionais de Regulação do Saneamento Básico

LISTA DE PARTICIPANTES

Instituição	Participantes	Responsabilidade	E-mail
SEMAC/SE	Bráulio	Meta I.1	
	Ana Paula	Meta I.4 e Meta I.6	
	Francisco	Meta I.7	
	Wellington Santana	Diretor	wellington.santana@semac.se.gov.br
	João Carlos Rocha	Meta I.5	joaocarlos.rocha@semac.se.gov.br
	Noêmia Lobão	Meta I.2	noemia.lobao@semac.se.gov.br
ANA	Brandina de Amorim	COAPP/SAS	brandina.amorim@ana.gov.br
	Simone Vendruscolo	COAPP/SAS	simone.vendruscolo@ana.gov.br
	Tânia Regina Dias da Silva	COAPP/SAS	taniadias@ana.gov.br

OBS.: não foi possível identificar os e-mails dos participantes uma vez que eles participaram todos em sala de videoconferência da semac, bem como o nome de alguns participantes da reunião.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Resultados das metas federativas e demais itens até então alcançados em relação à certificação 2025

07 de novembro 2025

Reproduzir (Alt + Q)

7:18 / 2:41:51

Sergipe

Alagoas

Pernambuco

Rio de Janeiro

Bahia

Piauí

Tocantins

Goiás

Mato Grosso do Sul

Mato Grosso

Paraná

Santa Catarina

Rio Grande do Sul

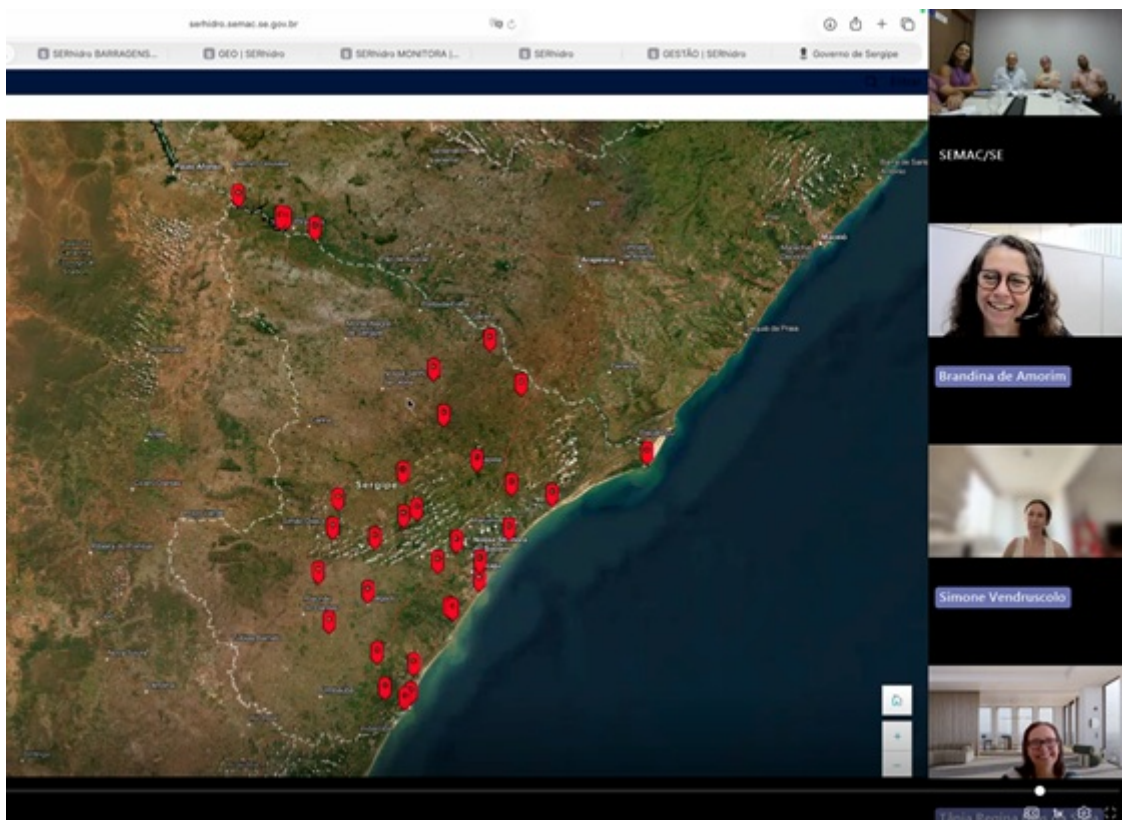
Rio Grande

SEMAC/SE

Brândina de Amorim

Simone Vendruscolo

Tânia Rêgo



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vendruscolo, Especialista em Regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico**, em 11/02/2026, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Brandina de Amorim, Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público**, em 11/02/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Cardoso Gonçalves, Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, em 12/02/2026, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ana.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0157615** e o código CRC **EA3C8F92**.